

# A SUBALTERNIDADE FEMININA EM DESMUNDO

THE FEMALE SUBALTERNITY IN DESMUNDO

Rodrigo Mazer ETTO<sup>55</sup>

Valeska Gracioso CARLOS<sup>56</sup>

**RESUMO:** Por colocar em cheque o discurso oficial, o discurso ficcional possibilita que as histórias sejam narradas a partir de um ponto de vista descentralizado, como acontece na obra *Desmundo* (MIRANDA, 2003), em que, ao contrário da história tradicionalmente narrada por cronistas portugueses, a colonização brasileira é contada a partir do olhar de uma mulher, na sociedade do século XVI. Há uma relação intertextual do livro com a história oficial, pois no discurso de Oribela é possível vislumbrar o papel das mulheres em uma sociedade que procurava silenciá-la, tanto no meio social como no familiar, impedindo-a de qualquer movimento em direção à sua liberdade e emancipação, que lhe eram negadas em virtude do contexto histórico da época em que se passa a história). Dessa forma, o objetivo desse trabalho é apresentar uma interpretação do livro pela ótica da mulher subalterna e silenciada, em que a relação entre realidade e ficção está baseada em Aristóteles (1984) e Hutcheon (1991); para apresentar o surgimento dos Estudos Culturais recorreu-se à Hall (2003), Bhabha (1998) e Pryston (2003); e para a abordagem do gênero feminino foi utilizado referencial teórico de Sullerot (1988), Beauvoir (2009) e Spivak (2010).

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura; feminino; subalternidade.

**ABSTRACT:** By allowing a destabilization of the official discourse, the fictional discourse allows the stories to be narrated from a decentralized point of view, as in the work *Desmundo* (MIRANDA, 2003), in which, unlike the history traditionally narrated by Portuguese chroniclers, Brazilian colonization is told from the gaze of a woman in the society of the sixteenth century. There is an intertextual relationship between the book and the official history, because in Oribela's speech it is possible to glimpse the role of women in a society that sought to silence her, both in the social and family environment, preventing her from any movement toward her Freedom and emancipation. The objective of this work is to present a simple interpretation of the book from the perspective of the subaltern and silenced woman, in which the relation between reality and fiction is based on Aristotle (1984) and Hutcheon (1991); (2003), Bhabha (1998) and Pryston (2003); And for the feminine approach was used theoretical reference of Sullerot (1988), Beauvoir (2009) and Spivak (2010).

---

<sup>55</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

<sup>56</sup> Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

**KEY WORDS:** Literature; feminine; subalternity.

## I. INTRODUÇÃO

Desde meados do século XX, o interesse sobre as questões de gênero vem crescendo e se aprofundando nas ciências sociais. Os movimentos feministas, acompanhados da inserção de mulheres no desenvolvimento de pesquisas e em alguns cargos de natureza política e administrativa, dentre outros fatores, criaram condições para que essas questões fossem analisadas a partir de novos enfoques e perspectivas.

O início do descobrimento do Brasil pela visão da personagem principal Oribela, do livro *Desmundo*, de Ana MIRANDA (2003), permite uma reflexão sobre a questão da posição social da identidade de gênero feminina, para a qual utilizaremos os aportes teóricos de Lauretis (1994) e Spivak (2010).

Nesse contexto histórico-social da colonização portuguesa, em que a submissão feminina era tida como uma regra natural, a rainha de Portugal decide levar para o novo continente algumas órfãs para se unirem aos colonos através do matrimônio forçado. Dentre as órfãs está a protagonista Oribela, que em virtude de sua postura de enfrentamento e contestação aos costumes impostos por valores sexistas, enfrenta todo o tipo de dor e dificuldade.

A dor e o sofrimento da personagem principal, que é obrigada a viver em um ambiente tão selvagem, masculinizado e violento, adquirem traços de desespero, como narrado na passagem “Piedade, piedade. E era tal a visão daquele sofrimento que me certifiquei para sempre de estarmos no inferno” (MIRANDA, 2003, p. 198).

Diante de tantos sofrimentos físicos e psicológicos, o comportamento corajoso e desesperado da personagem transforma a trajetória de Oribela em uma história de luta pela sua libertação da situação de apagamento e silenciamento a que é submetida.

Considerando o comportamento corajoso e desesperado de Oribela, dentro do contexto de subalternidade feminina em que vivia, este trabalho abordará a relação de distanciamento e aproximação entre história e literatura, segundo autores como Linda Hutcheon (1991) e Zilah Bernd (1998), e serão apresentados alguns apontamentos sobre o papel dos Estudos Culturais na reescrita periférica da História de povos subalternos, colonizados, segundo os autores Ângela Prysthon (2003), Homi Bhabha (1998, p.239).

Para apresentar alguns apontamentos sobre a questão da posição social do gênero feminino no livro *Desmundo*, este trabalho se divide em três partes. A primeira parte traz uma reflexão sobre a relação da literatura, história e o surgimento dos Estudos Culturais; em seguida apresentar-se-á uma breve análise da linguagem empregada no livro e, a terceira parte abordará a questão da construção da identidade de gênero feminina.

## II. REALIDADE, FICÇÃO E OS ESTUDOS CULTURAIS

Ao traçar as bases da literatura do Ocidente, a *Poética* de Aristóteles (1984), apresentou o conceito de *mimesis*, separando o mundo literário de sua mera imitação do mundo real. Para esse filósofo (ARISTÓTELES, 1984), a *mimesis* permite que a Arte se sustente unicamente pelo critério da verossimilhança, podendo pertencer à categoria de ficção sem a obrigatoriedade e dependência de traduzir o plano real. Nesse sentido, o que diferencia o discurso poético do discurso do historiador não é a maneira com que cada um escreve, mas sim os tipos de fatos sobre os quais cada um escreve, pois o historiador trata de fatos que aconteceram, enquanto o poeta trata dos fatos que poderiam ter acontecido. Então, caberia à literatura a função de imaginar e criar os fatos, e não de representá-los como ocorreram exatamente na realidade.

O longo e inegável vínculo entre a literatura e a história mostra que a construção da última está sempre imbuída de formas utilizadas pela literatura, pois,

semelhante ao que ocorre com a arte literária, a história também passa pelo crivo das escolhas e subjetividades para construir sua verossimilhança.

Até meados do século XIX, o vínculo entre a história e a literatura era tal, que as duas eram vistas como se pertencessem a uma mesma área do conhecimento, e tinham em comum o mesmo objetivo: a interpretação das experiências. Porém, a partir de 1900 ocorreu uma mudança no entendimento dessa relação e, conseqüentemente, a diminuição desta aproximação, sendo que, na atualidade, tentam aproximar novamente os dois discursos por meio do que eles possuem em comum (HUTCHEON, 1991, p. 141).

Essa relação permite que a história seja vista pela ótica da literatura, pois a liberdade do texto literário permite a identificação e abordagem de questões não consideradas pela história tradicional. Para Zilah Bernd (1998), essa liberdade está relacionada com os textos literários produzidos nas sociedades pós-coloniais, onde os espaços vazios deixados pela história tradicional são preenchidos com narrativas que representam a visão dos colonizados, por meio de um ponto de vista descentralizado, distinguindo-se dos discursos e narrativas históricas oficiais.

Esse olhar descentralizado propõe uma nova construção da história, que não mais se embasa nas concepções de heroísmo e nas figuras importantes da elite, mas que reaja ao chamado “paradigma tradicional”, valorizando as “opiniões das pessoas comuns com suas experiências da mudança social” (BURKE, 1992, p.13).

Essa perspectiva possibilita analisar um mesmo acontecimento segundo o olhar de outros sujeitos históricos, como os representantes das minorias, pois cada acontecimento é interpretado de maneira diferente de acordo com a localização e classificação dos sujeitos, segundo critérios de raça, classe social e sexo. Nesse sentido, segundo Stuart Hall (2003, p. 131) “o que mais importa são as rupturas significativas - em que velhas correntes de pensamento são rompidas, velhas constelações deslocadas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas”.

Com o surgimento dos Estudos Culturais em 1950 e sua “preocupação com o papel do periférico na história e a própria história periférica” (PRYSTON, 2003, p. 138), a literatura passa a preocupar-se de modo mais ativo com a escrita de narrativas em que se trouxessem à tona as diferentes alteridades outrora silenciadas, possibilitando a construção de um discurso erigido não somente *sobre*, mas também *pelos* minorias do Terceiro Mundo.

Para Ângela Prysthon:

A reescrita periférica da História, ou a desconstrução do Ocidente feita pelos Estudos Culturais contemporâneos e pelo pós-colonialismo, portanto, implica num constante ataque à hegemonia ocidental e, se não uma completa inversão, a *reacomodação* do cânone cultural, o descentramento anunciado pelas teorias pós-modernas, enfim (PRYSTON, 2003, p. 139).

Com a independência política de algumas colônias africanas, no século passado, houve um incentivo para discussões históricas acerca dos novos paradigmas sociais, que estimulou estudos, objetivando compreender os efeitos causados pela colonização nas sociedades e em suas culturas, e desconstruindo as narrativas coloniais produzidas pela ótica do colonizador, substituindo-as pelo ponto de vista dos que foram colonizados.

Para Homi Bhabha (1998, p.239), o discurso pós-colonial no mundo moderno visa, embora a sua competição com forças desiguais e irregulares, intervir “naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma normalidade hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos”. Assim, conforme ratifica Stuart Hall (2003, p.107), apesar da multiplicidade política e social que envolve o termo pós-colonial, ele busca dar conta das mudanças nas relações globais “que marca[m] a transição [...] da era dos Impérios para o momento da pós-independência ou pós-colonização”.

O discurso pós-colonial utiliza-se da literatura como um instrumento para construir leituras acerca do passado histórico, onde ficaram esquecidos os fatos e

sujeitos, a partir de um outro olhar sobre a história oficial, elaborando um discurso descentrado e alternativo. Portanto, no contexto pós-colonial, paralelamente aos discursos oficiais, surgem aqueles produzidos segundo a ótica do sujeito subalterno, do oprimido, historicamente marcado pelo silenciamento no passado, que ao construir novas versões da história, desestabilizam os discursos hegemônicos.

### III. A LÍNGUA(GEM) EM DESMUNDO

O próprio título do livro é uma palavra que não consta no dicionário e foi usada para representar um ambiente com valores invertidos, um mundo ao avesso. A opção pela invenção de algumas palavras iniciadas pelo prefixo *des*, que representa negação, ou uma inversão de sentido, como nas palavras “despejado lugar” (MIRADA, 2003, p. 16), “terras desabafadas” (MIRANDA, 2003, p. 26) e “desventura” (MIRANDA, 2003, p. 1) confere à linguagem um viés arcaico e popular, onde se nota o caráter de purgação que caracterizava a nova terra.

Pela voz da personagem principal surge uma nova língua viva, produto da contínua evolução, que tenta representar o lugar invertido em que ela se encontra, mas em alguns momentos, faltam palavras para descrever esse mundo.

A obra apresenta uma mistura de linguagens envolvendo a língua indígena, através da índia Temericó, a língua latina, nas preces de Francisco de Albuquerque e a língua espanhola, através da personagem Parva. Essa mistura remete à pluralidade e diversidade de línguas nas terras brasileiras do século XVI e, apesar do romance se enquadrar como expressão da língua portuguesa, os termos oriundos da língua indígena indicam o conflito linguístico e, portanto, cultural e social presente no período de colonização.

Apesar da maciça presença dos indígenas no Brasil colonial, a língua dos “naturais” não é tão numerosa na obra, comparando-se com a língua dos colonos e a língua espanhola, o que resulta na interpretação de que a língua dos índios fica

determinada pela sua anulação, como se esse apagamento denunciasse sua submissão e subalternidade.

Na ocasião em que Temericó tenta ensinar sua língua à Oribela, procurando palavras equivalentes entre as duas línguas tão diferentes, numa tentativa de aproximação, nota-se que essa relação é desigual, e, conseqüentemente, acarretou o total desaparecimento da língua indígena no território nacional.

No segundo capítulo do romance, na passagem em que as jovens órfãs aguardam seu destino no convento dos padres “[...] esquecidas ali, guardadas, esperando esperandesperando [...]” (MIRANDA, 2003, p. 46), nota-se que a construção *esperando esperandesperando* intensifica a ideia de espera, denotando um intenso desespero. O próprio uso do gerúndio, tempo verbal que dá ideia de uma ação contínua, intensifica a ação, que é também reforçada pela repetição da própria palavra “esperando” três vezes. O uso do termo *esperandesperando* conota a angústia da personagem, a espera que causa desespero.

A linguagem utilizada no discurso da personagem Velha, quando da ocasião da apresentação das órfãs aos colonos, futuros esposos, tem a função de reforçar a limitação do papel feminino à subserviência dos desejos e vontades do homem (fossem pais, irmãos ou maridos), cujas regras eram consideradas invioláveis:

Ora ouvi, filhas minhas. Aquela que chamar de vadio seu homem deve jurar que o disse em um acesso de cólera, nunca mais deixar os cabelos soltos, mas atados, seja em turbante, seja trançado, não morder o beijo, que é sinal de cólera, nem fungar com força, que é desconfiança, nem afilar o nariz, que é desdém e nem encher as bochechas de vento como a si dando realeza, nem alevantar os ombros em indiferença e nem olhar para o céu que é recordação, nem punho cerrado, que é ameaça. Tampouco a mão torcer, que é despeito. Nem pá pá pá nem lari lará (MIRANDA, 2003, p.67).

A normatização do corpo pela linguagem fica evidente pelo fato das interdições estarem relacionadas a partes do corpo feminino, como cabelos, beijo, nariz, olhos, mãos, língua, enfim, o corpo todo. Ainda analisando a linguagem,,

percebe-se que o uso dos verbos no infinitivo denota um caráter de atemporalidade, em que as proibições impostas às mulheres deveriam vigorar por muito tempo.

A passagem “Nem pa’ pá pá nem lari lará” (MIRANDA, 2003, p. 67) parece ser um encurtamento do excesso de ordens destinadas às mulheres, como se denotasse o cansaço da personagem diante de tantas regras a cumprir devido ao fato de simplesmente ser mulher. Esse excesso de imposições comportamentais para a mulher é reforçado pela própria linguagem utilizada na passagem, onde se percebe a repetição do advérbio de negação *não* e da conjunção coordenativa aditiva *nem*.

#### IV. O FEMININO EM DESMUNDO

A partir de 1980, uma das mais fortes características da literatura produzida no Brasil era retomar o passado histórico, em que o escritor utilizava-se de estratégias narrativas para reescrever episódios que contribuíram para a formação da identidade nacional. Dentro desse contexto e nesse sentido, destaca-se o romance *Desmundo*, de Ana Miranda (2003), trazendo aspectos da vida colonial brasileira durante a colonização portuguesa.

O livro permite uma reflexão sobre as relações de gênero e uma análise acerca do papel da mulher na formação de um núcleo familiar, no contexto da colonização brasileira. O romance também permite uma reinterpretação da história oficial a partir de um olhar feminino, subalterno, dentro de uma sociedade patriarcal e um ambiente selvagem.

Dentro dessa perspectiva, as concepções de masculino e feminino, nas quais todos os seres humanos são classificados, formam em cada cultura, um sistema de gênero, “um sistema simbólico” (BORDIEU, 1998), que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais, pois:

embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade. Sob essa ótica, a construção



cultural do sexo em gênero e a assimetria que caracteriza todos os sistemas de gênero através de diferentes culturas são entendidas como sendo sistematicamente ligadas à organização da desigualdade social (LAURETIS, 1994, p. 212).

Dentro do contexto pós-colonial e da subalternidade, Gayatri C. Spivak (2010, p.84) afirma que a subalternidade feminina “parece ser a mais problemática”, ela se constituiu como uma dupla mudez, pois surge através de uma dupla imposição de ideologias imperialistas e patriarcais.

Historicamente a mulher sempre foi representada pelo olhar masculino e até o século XIX a mulher era excluída da participação cultural e social, em que muitas vezes era considerada como um objeto ou mercadoria para satisfação dos desejos masculinos, como se verifica logo na chegada das órfãs ao Brasil: “fôramos cargas de azêmola, boceta de marmelada, alguidar de mel sendo eles pontas de arnelas, canas agudas, flechas de arcos, espadas de pau tostado, lanças de arremeso, ferrões, açoites [...]” (MIRANDA, 2003, p.25).

A condição de subalternidade que era imposta à mulher se dava por meio de dois mecanismos poderosos: de um lado a Igreja, com seu discurso normativo, e de outro lado o discurso científico.

O discurso religioso possuía tanta força, que seus ecos podiam ser ouvidos nas memórias que Oribela tinha do pai, na fala da Velha, no comportamento do seu marido Francisco e nas regras defendidas pelos representantes da Igreja. O discurso científico justificava o tratamento violento reservado às mulheres, pelo entendimento de que os homens eram biologicamente, fisicamente e psicologicamente superiores a elas.

De acordo com Mireya Suárez (2000, p. 26-27), além de permitir a desconstrução da relação entre mulheres e a natureza biológica, o conceito de gênero permite distinguir e descrever categorias sociais e explicar as relações que se estabelecem entre elas. Segundo Lauretis, essas relações podem ser vistas como produto e processo de construção:

a construção do gênero é tanto produto quanto o processo de sua representação”. Para ela o “sistema sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representações que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos social (LAURETIS, 1994, p. 212).

A personagem principal transita entre dois universos aparentemente opostos, mas que parecem convergir para o mesmo ponto: a personagem sai de um contexto religioso em Portugal e se depara com uma sociedade machista e patriarcal, que impunha às mulheres a obediência às regras da Igreja e do sexo masculino. Essa imposição contrasta com sua personalidade, pois a ex-órfã apresenta um comportamento insubmisso e uma postura questionadora que a faz ser castigada física e psicologicamente cada vez que tenta fugir.

Embora imersa em um contexto de exílio social e de submissão à Igreja e à vontade masculina, as ações de Oribela vão contestar e contrariar as expectativas sobre sua submissão, sendo que esse contraste contribui para questionar a estabilidade da história oficial, como se nota na passagem em que Oribela é apresentada àquele que deveria ser seu primeiro esposo:

Seu aspecto era o de um cão danado, lhe faltavam dentes, tinha pernas finas, nariz quebrado, da cor de um desbotado seus olhares. Cheirava a vinho de açúcar, usava um chapéu roto, tinha tantos pêlos a modo de uma floresta desgrehada e estava sujo, imundo [...] Reparasse o homem na formosura de minha feição, na suavidade mulheril e esquecesse da rebeldia, tudo o mais era infalível. O homem me veio a mirar e no rosto lhe cuspi (MIRANDA, 2003, p.56).

Mesmo contestando algumas regras regidas pela hegemonia masculina, a posição social da mulher ainda era muito vinculada à finalidade procriativa e à

satisfação dos impulsos sexuais masculinos, como se nota na sua primeira noite de núpcias:

Para deitar, um monte de feno, mas a mim foi segurando Francisco de Albuquerque e derrubando. E acaso a leoa mais mansa que o leão? E lhe dei uma bofetada no rosto no que fez ele sem pensar uns modos de como se fosse quebrar minha caveira, me fez tremer as carnes e o fervor dele, disto, era tão grande, em tal momento, que em muito breve espaço tudo meu estava como que em grilhões, entre suas forças, embaixo de seus pesos, a arrancar tudo que era seu e de Deus, cobrar sua repartição, seu quinhão que lhe valia por direito de esposo [...] assim foi Francisco de Albuquerque trabalhar sobre mim, recolher de minha boca o silêncio e a fechadura em sua boca (MIRANDA, 2003, p. 76).

A desigualdade de forças e de direitos entre homens e mulheres é confirmada pela filósofa Simone de Beauvoir, quando diz que “o mundo sempre pertenceu aos machos” (BEAUVOIR, 2009, p.99). Essa hierarquia entre os sexos é explicada pela filósofa através de dados da pré-história e da etnografia:

[...] verificamos que quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma delas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. Compreende-se, pois, que o homem tenha tido vontade de dominar a mulher (BEAUVOIR, 2009, p.99).

Além de abordar vários aspectos da vida colonial brasileira, Desmundo traz essa relação de dominação de que fala Simone de Beauvoir, denunciando o silenciamento que era imposto à mulher no Brasil do século XVI.

Após duas tentativas frustradas de fuga, a personagem é castigada e fica sob os cuidados de uma índia cativa de nome Temericó. Em uma posição social pior que a das mulheres brancas, os índios eram considerados como animais, e no caso específico das índias, as mesmas são tratadas pela narradora como naturais, termo

bem próximo do selvagem, como fica evidente na passagem em que Oribela se espanta e surpreende com a nudez dos indígenas:

[...] Por meus brios e horrores, não despreguei os olhares das naturais, sem defeitos de natureza que lhes pudessem pôr e os cabelos da cabeça como se forrados de martas, não pude deixar de levar o olhar a suas vergonhas em cima, côm embaixo, sabendo ser assim também eu, era como fora eu a desnudada, a ver em um espelho. (pag. 39)

O trecho acima permite que se faça um paralelo entre os índios e as mulheres, considerando que os primeiros também se encontravam em posição de subalternidade em relação aos colonos, sendo que as mulheres índias se encontravam numa posição ainda pior, pois além do fato de serem cativas do homem branco, eram mulheres, e por isso, silenciadas duplamente.

A relação entre as duas personagens possibilita um profundo contato cultural e a superação de alguns estereótipos que a acompanharam desde sua saída de Portugal. Esse contato possibilitou a adoção de alguns costumes e de alguns termos pertencentes à cultura e língua indígena, além de ter permitido a superação e a desconstrução de certos valores cristãos, como o do corpo humano, que deixou de ser visto como um instrumento que levava ao pecado, e que levou Oribela a considerar natural a nudez do corpo: “Eu pintava o rosto de urucum, comia no prato das naturais e me desnudava nos dias quentes” (MIRANDA, 2003, p.127).

Oribela se vê atraída por um mouro de nome Ximeno, mas o estereótipo que a Igreja alardeava sobre esses indicava que eles simbolizavam a tentação e o pecado:

um homem de cavalo, vestido ricamente e com bota de cordovão, capa, sombreiro, seguido de seus escravos naturais com armas e mais uns negros de Guiné, tilintando de metais, cintilando raios e cheirando às peles manchadas que forravam os da terra, fez com que todos se afastassem a deixarem passar tal majestade, o cabelo de mecha da cor do cobre e uma grande quantidade de pêlo no braço, sempre ruço, veio num modo de querer alevantar o rebuço e verificar, fôramos putas ou barbadas, trasgos, mandrágoras. (MIRANDA, 2003, p.28).

As ideias preconceituosas plantadas nas mentes cristãs acerca dos muçulmanos fazem-na acreditar estar sendo vítima de feitiçaria praticada pelo mouro, e resolve se afastar, fato que denota a extrema força que o discurso da Igreja possuía na época.

Mas a personagem acaba se encontrando com Ximeno e se rendendo à atração do mouro, contrariando normas patriarcais muito rígidas e os dogmas da Igreja. Orisbela é tomada de volta pelo marido, Francisco de Albuquerque, e levada de volta para a fazenda, quando Dona Branca tenta envenená-la, mas ela acaba sendo salva por Temericó, que utiliza seu conhecimento de ervas medicinais para curá-la. Indignado com a atitude da mãe, Francisco termina por matá-la.

Sem saber, Orisbela engravida de Ximeno e essa situação representa um grande problema para ela, pois o contexto social da época autorizava o homem a matar a mulher flagrada em adultério. Na ocasião do nascimento do seu filho, confirma-se a suspeita de Dona Branca de que o filho não era de Francisco de Albuquerque e sim do mouro, pois a criança tinha os cabelos avermelhados como Ximeno. Louco de ciúmes, Francisco desaparece com a criança, o que a motiva a incendiar a fazenda.

Não fica explícito na obra se ela consegue reaver a criança, pois a figura de Ximeno com a criança nos braços, no final do livro, não deixa claro se realmente isso aconteceu, ou se foi um delírio de Orisbela: “[...] Todo o meu mundo esvaneceu, estava eu endoidando, dormindo, sonhando?” (MIRANDA, 2003, p.213).

Essa análise sobre a posição subalterna da mulher permite que se faça um paralelo com a história contada na última parte do livro de Spivak (2010, p. 123-124), *Pode o Subalterno falar?* - quando a autora indiana se refere à violência sofrida pelas mulheres na Índia. Nesse relato, Spivak conta um fato que ocorreu na cidade de Calcutá no ano de 1926, onde uma jovem indiana se suicida.

Após a constatação do suicídio as autoridades indianas prontamente apresentaram a justificativa de que tal fato ocorreu devido a moça ter se envolvido em um caso afetivo ilícito ou teria ficado insatisfeita com uma possível gravidez não programada nem desejada. Todavia, um detalhe instigava a curiosidade de todos e contrariava as explicações das autoridades: a jovem indiana estava menstruada. Entretanto, o suicídio foi considerado como um acontecimento aleatório, fruto da insensatez de um momento desesperador. Mas, por meio de pesquisas e conversas com familiares e amigos da jovem suicida, Spivak descobre que ela pertencia a uma organização política terrorista, tendo sido incumbida de realizar um atentado visando a morte de uma autoridade política, e seu ato de autocídio teria sido motivado pela sua incapacidade de realizar a missão recebida, e a impossibilidade de continuar vivendo sem o cumprimento desse empreendimento. Spivak (2010, p. 123-124) explica que o suicídio da jovem indiana durante o período menstrual denota uma atitude de desafio, na tentativa de contestar o comportamento feminino pré-definido e a posição social da mulher subalterna indiana – cuja tradição religiosa e cultural proibia qualquer tipo de autoimolação durante o período menstrual.

Os julgamentos precipitados sobre o suicídio e a incompreensão enfrentada pela jovem, práticas comuns no território indiano, mostram o fato da impossibilidade do subalterno falar e ser ouvido, e denunciam o papel subordinado que o gênero feminino ocupa em muitas tradições culturais de diversos países.

Além disso, a autora informa que, mesmo depois do período colonial, o silenciamento e subalternidade da mulher indiana ainda vigoravam em virtude da grande força das representações de gênero, principalmente nas sociedades pós-coloniais, onde a mulher ainda continuava a ser condenada ao silêncio, à subalternidade, em posição dependente dos homens.

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta neste trabalho buscou demonstrar que o gênero feminino é tratado como uma coisa sem voz e sem vez, em virtude do seu silenciamento, dentro de uma sociedade marcada pelo sexismo, onde o homem determinava qual deveria ser a posição social da mulher, o que demonstra a relação existente entre gênero e padrão de comportamento, pois de acordo com a posição social de gênero, se esperava determinado comportamento. A construção social do papel da mulher era realizada pelo discurso religioso, masculino, pois a Igreja era representada por homens, e pelo discurso científico, que considerava como inferiores as condições biológicas, psicológicas e físicas da mulher.

As próprias mulheres exerciam a função de mantenedoras do discurso sexista, que a colocavam numa posição subalterna, socialmente inferior em relação aos homens, pois desde o nascimento, conviviam com valores patriarcais, e por serem ensinadas a repetir o discurso de valores machistas, elas acabavam se tornando, também, opressoras.

A estrutura da sociedade, extremamente patriarcal e subordinada pelos ditames da Igreja Católica, determinava ser a mulher a única responsável pelos atos de pecado, tão condenados pela instituição religiosa. A dominação do masculino sobre o feminino é representada como uma espécie de cadeia de eventos ininterrupta: a mulher sai de um contexto de dominação do pai, um homem, portanto, para uma situação de domínio e submissão ao marido, outro elemento do sexo masculino. Por mais absurda que possa parecer essa situação, mais espantoso ainda é a constatação de que esses valores machistas eram considerados essenciais, normais e corretos para a época.

O processo de colonização do Brasil foi realizado sob o domínio da Igreja e dentro de valores e ideais patriarcais, onde o elemento masculino se posicionava de maneira hegemônica, pois além dos colonos, que eram na sua totalidade homens, os representantes da Igreja também o eram, o que reforça duplamente o domínio e a força do discurso masculino naquele momento histórico.

A posição marginalizada da mulher na sociedade tem como causa primeira o fato dela ser considerada fisicamente mais fraca que os homens e ter como função social gerar e amamentar os filhos. Essa diferenciação biológica e fisiológica gerou uma divisão arbitrária das tarefas: além de procriarem, cuidarem dos filhos, da casa e das roupas, as mulheres também produziam alimentos, cuidavam da horta, do pomar, realizavam partos e fabricavam remédios naturais (SULLEROT, 1988), ou seja, elas eram vistas com funções secundárias em relação aos trabalhos realizados pelos homens.

Segundo Simone de Beauvoir (2009), o problema dessa divisão de tarefas é que engravidar e amamentar não se caracterizam como atividades laborais, mas como funções naturais, não colaborando para um movimento de emancipação feminina. A autora afirma que essa concepção do feminino é repetitiva e quase não sofreu alterações ao longo dos séculos, gerando, muitas vezes, uma insatisfação feminina com suas próprias características naturais e propagando um estereótipo de limitação relacionado às possibilidades de emancipação da mulher.

As tentativas de fuga e a rebeldia da personagem funcionam como um grito de liberdade, pois divergem da imagem estereotipada de submissão e passividade das mulheres. Sua reação à dominação masculina também pode ser vista como um desejo de autoconhecimento e de uma vida de acordo com seus desejos e sonhos, numa luta para desconstruir o imaginário que imperava sobre o gênero feminino.

A história da colonização pela perspectiva de uma mulher também permite uma reflexão crítica sobre a posição e o papel feminino na formação da Nação brasileira, apesar da história ensinada nas escolas não colocar a mulher num papel importante na formação de um núcleo familiar e, portanto,, na formação da Nação brasileira.

Paralelamente às condições hostis e adversas com que as mulheres eram tratadas, na história de Oribela há uma certa resistência heróica, no sentido de lutar contra os obstáculos e desafios nesse mundo invertido: servir aos homens brutos,



obedecer as imposições da Igreja, servir de objeto de satisfação dos desejos masculinos e incluir-se em uma nova cultura.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Poética. In: *Coleção “Os Pensadores*. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BEAUVOIR, S. D. *O segundo sexo*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2009.

BERND, Z. O maravilhoso como discurso histórico alternativo. In: *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998, p. 127-134.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Tradução de Myrian Ávila, Eliana Lourenço Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOURDIEU, P. *O que falar quer dizer: a economia das trocas simbólicas*. Algés: Difel, 1998.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. (Org.). Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

HALL, S. Quem precisa de identidade. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

\_\_\_\_\_. Estudos Culturais: dois paradigmas. In: HALL, S. *Da Diáspora*, 2003, p. 131-159.

HUTCHEON, L. Descentralizando o pós-moderno: o ex-cêntrico. *Poéticas do pós-modernismo*, 1991.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MIRANDA, A. *Desmundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

PRYSTON, A. Estudos Culturais: uma (In) Disciplina? In: *Comunicação e Espaço Público*. V. 1, 2003.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p. 123-124.

SUÁREZ, M. Gênero: uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico. In: *Encontro de intercâmbio de experiências do Fundo de Gênero no Brasil*. Gênero no mundo do trabalho. Brasília: 2000.

SULLEROT, E. *História e sociologia do trabalho feminino*. 1988.

Recebido em 03/03/2017.

Aceito em 12/04/2017.